



REQUERIMENTO N.º , DE 2018
(Do Sr. Marcus Pestana)

Requer a realização de audiência pública para debater a crise econômica, a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Novo Regime Fiscal.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, reunião de audiência pública para debater sobre a crise econômica, a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Novo Regime Fiscal, com a participação dos seguintes convidados:

- Sr. José Roberto Afonso (FGV-RJ);
- Prof.º Fernando Rezende (IPEA).



JUSTIFICAÇÃO

A recente deterioração fiscal brasileira redundou na maior crise econômica de nossa História, com queda no Produto Interno Bruto (PIB) nacional de 7,2% no biênio 2015-2016, e um decréscimo de 10% na renda *per capita*. Tal foi o desastre financeiro que especialistas aventuram-se em compará-lo ao de situações de guerra.

Em resposta a esse cenário de terra arrasada, o Governo atual entabulou uma nova política econômica, denominada de Novo Regime Fiscal. O primeiro passo foi equacionar as contas públicas limitando as despesas primárias, permitindo-se apenas corrigi-las por um índice inflacionário, com o escopo de conter os gastos da União pelos próximos 20 anos.

O novo regime soma esforços aos já ditados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – e ancorados na Constituição Federal –, prescrevendo condutas para o equilíbrio e transparência das contas públicas, bem como para seu controle e responsabilidade. Na consecução desses objetivos, é imperioso ressaltar a relevância dos Tribunais de Contas, os quais auxiliam o Poder Legislativo no controle externo.

A Carta Maior da República impôs ao Legislativo a fiscalização contábil, financeira, orçamentária operacional e patrimonial quanto à legalidade, legitimidade e economicidade, visando ao melhor uso dos recursos públicos. Os Tribunais de Contas possuem papel de destaque, como órgão auxiliar. Cabe-lhes impedir a deterioração fiscal –



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

emitindo alertas, por exemplo –, constatar a existência da crise, além de ter protagonismo no combate a elas.

Portanto, com o objetivo de se propiciar a deliberação sobre uma das prementes questões nacionais, especialmente após a recente e aguda crise, e enriquecido o debate com a presença do Sr. José Roberto Afonso e do Sr. Fernando Rezende, justifica-se a realização da presente audiência pública nesta Comissão.

Sala da Comissão, 17 de abril de 2018.

MARCUS PESTANA

Deputado Federal (PSDB/MG)